EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS

MARIA VALGNEIDE OLIVEIRA DE ALMEIDA

RESUMO

Este artigo discute a Educação Integral na Educação Infantil, com foco nas práticas, desafios e possibilidades para crianças de 4 a 6 anos. Parte-se da compreensão de que a Educação Integral vai além da ampliação da jornada escolar, constituindo uma abordagem que articula cuidado, educação e cultura, reconhecendo a criança como sujeito de direitos e protagonista de suas aprendizagens. A partir de bases teóricas fundamentadas em autores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, analisa-se como a integralidade se concretiza na organização dos tempos, espaços, interações e experiências cotidianas da Pré-Escola. O estudo evidencia que, embora haja avanços nas políticas públicas e nas concepções pedagógicas, persistem desafios relacionados a interpretações equivocadas do conceito, à manutenção de práticas tradicionais e à dificuldade de qualificar o cotidiano escolar em jornadas ampliadas. Por outro lado, reforça-se que a Educação Integral, quando implementada com intencionalidade e sensibilidade às necessidades da infância, potencializa o desenvolvimento pleno das crianças, ampliando repertórios culturais, fortalecendo vínculos e promovendo experiências significativas. Conclui-se que a efetivação dessa abordagem depende de investimento em formação, planejamento coletivo e práticas que respeitem a complexidade e a singularidade da infância.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Educação Infantil; Pré-Escola; Infância; Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação Integral tem ganhado centralidade nas discussões contemporâneas sobre políticas educacionais, especialmente no contexto da Educação Infantil e da Pré- Escola. Embora tenha sido historicamente associada à ampliação da jornada escolar, sua concepção vai muito além da simples extensão do tempo de permanência das crianças na instituição. A noção de integralidade pressupõe uma visão ampla de formação humana, considerando o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social,

cultural e simbólico como dimensões indissociáveis que compõem o processo educativo. Assim, compreender e implementar a Educação Integral exige reconhecer a criança como sujeito de direitos, produtora de cultura e participante ativa da construção de suas aprendizagens.

Nas últimas décadas, o debate sobre a Educação Integral para crianças de 4 a
6 anos se intensificou em função de transformações legais e pedagógicas, especialmente após a obrigatoriedade da matrícula na Pré-Escola instituída pela Emenda Constitucional n.º 59/2009. Com isso, ampliaram-se as discussões sobre a qualidade das experiências oferecidas às crianças, sobre as condições reais de implementação das jornadas estendidas e sobre os impactos dessa proposta no cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, surgiram desafios significativos, que envolvem desde a compreensão conceitual por parte de gestores e professores até a efetiva reorganização dos tempos, espaços, interações e práticas pedagógicas.

A literatura da área evidencia que a Educação Integral na infância deve se fundamentar em princípios éticos, estéticos e políticos que orientem uma prática comprometida com o direito ao brincar, à exploração, à convivência e à participação. Autores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, reforçam que educar integralmente implica articular cuidado e educação, garantindo uma formação que considere a complexidade e a singularidade da infância. Nesse sentido, a ampliação da jornada só se torna significativa quando acompanha uma reorganização qualitativa do cotidiano escolar, permitindo experiências ricas, diversificadas e coerentes com as necessidades e

modos próprios de ser e aprender das crianças pequenas.

Diante desse cenário, este artigo busca analisar a Educação Integral na Educação Infantil, com foco nas práticas, desafios e possibilidades para crianças de 4 a 6 anos. Para isso, discute inicialmente o conceito e os fundamentos teóricos da Educação Integral, evidenciando seu percurso histórico e as contribuições dos principais documentos normativos brasileiros. Em seguida, aprofunda o debate sobre a Educação Integral na Pré-Escola, destacando seus impactos na organização pedagógica, nas interações e nas vivências cotidianas das crianças. Por fim, apresenta reflexões sobre os desafios enfrentados pelas instituições e sobre as potencialidades dessa abordagem para a construção de uma educação mais humana, democrática e sensível à infância. Ao reunir essas perspectivas, busca-se contribuir para o fortalecimento de práticas que promovam uma formação integral e significativa, respeitando a complexidade da criança e ampliando suas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.

A ampliação do debate sobre Educação Integral também se relaciona às mudanças sociais contemporâneas, que colocam novas demandas para as instituições

educativas. As famílias, cada vez mais inseridas em rotinas de trabalho extensas, buscam na escola um espaço que não apenas acolha as crianças por mais tempo, mas que ofereça experiências formativas de qualidade. Isso exige das instituições um posicionamento claro: não basta “ocupar o tempo”, é necessário garantir que cada momento vivido pelas crianças seja permeado por intencionalidade pedagógica, respeito aos ritmos da infância e valorização das múltiplas linguagens infantis. Assim, a Educação Integral emerge como uma oportunidade de fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade, ampliando repertórios culturais e favorecendo o desenvolvimento integral por meio de práticas contextualizadas e sensíveis às necessidades das crianças.

Além disso, o crescimento de políticas públicas voltadas à Educação Integral revela a urgência de repensar o papel da escola como espaço de formação humanizadora. Programas como o Mais Educação e as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais apontam para a importância de currículos mais flexíveis, integradores e conectados às realidades locais. No entanto, sua implementação ainda enfrenta obstáculos, como a escassez de recursos, a formação insuficiente dos profissionais e a permanência de modelos pedagógicos tradicionais. Diante disso, torna- se fundamental investir em formação continuada, em condições estruturais adequadas e em processos de escuta ativa das crianças, para que a jornada ampliada não se transforme apenas em mais tempo na escola, mas em mais oportunidades de experimentar, criar, imaginar, investigar e conviver. A Educação Integral, portanto, apresenta-se como horizonte e desafio, exigindo da comunidade escolar uma postura investigativa, crítica e comprometida com o direito das crianças a uma educação plena e significativa.

DESENVOLVIMENTO

O CONCEITO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E SUAS BASES TEÓRICAS

A compreensão sobre Educação Integral, embora amplamente discutida nos documentos oficiais e na literatura acadêmica, ainda é alvo de interpretações equivocadas dentro das próprias instituições de ensino. É comum que gestores, professores e até famílias associem “educação integral” apenas à ampliação do tempo de permanência da criança na escola, reduzindo o conceito a uma jornada estendida ou a uma solução assistencial para demandas sociais. Essa visão limitada desconsidera

os princípios que fundamentam a proposta e obscurece sua natureza pedagógica, cultural e formativa.

Pensar a Educação Integral como mera extensão de horário desvia o foco do que realmente importa: a criação de condições que garantam o desenvolvimento pleno da criança em todas as suas dimensões — física, cognitiva, emocional, social, cultural e

simbólica. A integralidade não se realiza no tempo isoladamente, mas na qualidade das experiências vivenciadas. Uma escola pode oferecer um tempo ampliado sem promover Educação Integral, assim como pode ofertar uma educação integral mesmo com jornadas reduzidas, desde que cumpra o compromisso de formar sujeitos completos, críticos e participativos.
Nesse sentido, a concepção de Educação Integral assume uma visão de sujeito complexo, capaz de aprender por meio das interações, das múltiplas linguagens, da brincadeira, da cultura e da relação com o outro e com o mundo. Tal perspectiva se fundamenta em autores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que defenderam a escola como espaço de ampliação de repertórios culturais e de vivências potentes para a formação humana. Essa concepção influenciou as políticas públicas contemporâneas, como o Programa Mais Educação, consolidando-se como uma proposta que integra cuidado, educação e cultura em uma dinâmica que respeita os tempos e modos próprios da infância.
Moll (2012, p. 28) reforça essa ideia ao afirmar que:

O esforço empreendido por meio do Programa Mais Educação nos últimos anos dirigiu-se à mobilização de 'forças vivas' da educação brasileira e de recursos orçamentários, para a construção de práticas pedagógicas e de um campo conceitual que permitam caminhar na perspectiva de educação integral, tendo como referência as Escolas-Parque de Anísio e os Centros Integrados de Educação Pública de Darcy, sem que o contorno preciso de uma ou outra experiência paralisasse encaminhamentos construídos sob as condições contemporâneas das escolas públicas.

A citação evidencia que o objetivo das políticas de Educação Integral não é reproduzir modelos do passado, mas sim dialogar com eles para construir novas práticas pedagógicas adequadas à realidade atual das escolas públicas. Portanto, compreende-se que a Educação Integral se baseia em princípios de democratização do conhecimento, ampliação de oportunidades, respeito às infâncias e investimento na qualidade das experiências e relações que estruturam o cotidiano escolar.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS

A Educação Infantil destinada às crianças de 4 a 6 anos, correspondente à Pré- Escola, passou, nas últimas décadas, por transformações significativas, tanto no entendimento de sua função pedagógica quanto nos formatos de organização do tempo escolar. A obrigatoriedade dessa etapa do ensino, garantida pela Emenda Constitucional n.º 59/2009, no "Art. 208. Parágrafo 1. " educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria". O que reforça a compreensão de que o acesso à educação na primeira infância é um direito e uma necessidade para o desenvolvimento pleno da criança. Entretanto, ao mesmo tempo em que a matrícula se tornou obrigatória, emergiram novas demandas e discussões, sobretudo relacionadas ao tempo de permanência na escola, à ampliação da jornada e à entrada gradual das propostas de Educação Integral nessa etapa.
As crianças de 4 a 6 anos constituem um grupo heterogêneo em suas experiências e percursos. Muitas delas já vivenciaram o ambiente escolar desde muito pequenas, em especial aquelas que frequentaram os Centros de Educação Infantil (CEIs), onde o atendimento em período integral é historicamente mais comum devido à própria função social e organizacional dessas instituições. Para essas crianças, a transição para a Pré-Escola com jornada ampliada tende a ocorrer com mais familiaridade: já conhecem a dinâmica da rotina escolar, os tempos de cuidado, alimentação, repouso, brincadeiras e atividades e desenvolveram vínculos importantes com adultos e crianças. Assim, o ingresso em um modelo de Educação Integral na Pré- Escola pode representar continuidade de vivências já experimentadas.

Art. 8 A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como ob-

jetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. [...] I- a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo

educativo; II- a indivisibilidade das dimensões expressivo- motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança; (BRASIL, 2009).

A partir desses princípios legais, compreende-se que a Educação Infantil, especialmente na faixa etária de 4 a 6 anos, deve proporcionar condições para que a criança se desenvolva em sua totalidade, ultrapassando práticas fragmentadas e rotinas que valorizam apenas aspectos cognitivos. O documento reafirma que educar nessa etapa significa considerar a criança como sujeito de direitos, cuja formação integra dimensões afetivas, sociais, emocionais, motoras, linguísticas e culturais. Assim, falar em Educação Integral não se limita à ampliação de tempos e espaços, mas ao compromisso ético e pedagógico de garantir experiências significativas ao longo do cotidiano escolar. Barbosa, Richter e Delgado (2016) no artigo " Educação Integral: Tempo integral ou educação integral", explicam que,

A oferta de educação integral em um contexto educacional demanda observação das vidas das crianças, compreendendo suas necessidades, possibilidades e desejos e, a partir do observado, pensar em propostas abrangentes que dialoguem com conhecimentos que ultrapassem a barreira da educação formal/ escolar e possam dar sustentação a uma prática pedagógica comprometida com ações nas quais os diferentes campos da formação humana estejam presentes, sem hierarquias.

Nesse sentido, a educação em tempo integral na educação infantil precisa ser compreendida como uma ampliação qualitativa das vivências, e não como um mecanismo de assistência às famílias ou simplesmente como resposta à demanda social por vagas. A integralidade se concretiza por meio de práticas que valorizam a brincadeira, a experimentação, a imaginação e a construção de vínculos, assegurando que o tempo maior na escola ofereça oportunidades reais de desenvolvimento. Isso significa planejar rotinas que incluam momentos de brincar livre, circuitos de movimento, experiências com arte, música, literatura, natureza e exploração do entorno da escola, respeitando os ritmos individuais e coletivos.

Ao refletir sobre a implementação de jornadas ampliadas na Educação Infantil, torna-se imprescindível considerar o papel do brincar, que deve permanecer como eixo estruturante do trabalho pedagógico. Em uma perspectiva de Educação Integral, o

brincar não é utilizado apenas como meio para atingir objetivos cognitivos, mas como expressão da cultura infantil, linguagem de comunicação, modo de conhecer o mundo e forma legítima de atuação da criança. Dessa maneira, uma proposta de jornada integral que não valoriza o brincar em seus diferentes modos, intensidades, tempos e espaços corre o risco de esvaziar o sentido dessa etapa da educação básica. O desafio, portanto, é articular tempos mais longos com experiências que respeitem o ritmo e a potência da infância, garantindo momentos de descanso, exploração, criação, convivência e expressão.

Entretanto, ao se analisar a realidade das instituições, percebe-se que essa compreensão nem sempre está presente nas práticas cotidianas. Muitas escolas, ao adotarem o tempo integral, acabam reproduzindo um modelo baseado no prolongamento das atividades escolares tradicionais, mantendo as crianças por mais tempo em atividades dirigidas, fichas, tarefas repetitivas e trabalhos padronizados. Tal abordagem vai na contramão do que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil ao defenderem a indivisibilidade das dimensões do desenvolvimento infantil. A Educação Integral, quando reduzida a uma jornada extensa, perde sua intencionalidade pedagógica e deixa de cumprir seu papel transformador. Barbosa, Richter e Delgado

(2016) elucidam que,

Uma escola de tempo integral, para não correr o risco de se tornar uma instituição fechada, totalizada em si mesma, é solicitada a considerar como parte intensa e extensa de seu projeto educativo a dimensão relacional de abertura tanto ao mundo que está fora quanto ao mundo dentro de seus muros. A tendência na escola infantil, por acolher e abrigar crianças bem pequenas que exigem segurança e proteção, é se constituir em tempos e espaços privilegiados pela contenção à dimensão relacional com a variedade do mundo e seus acontecimentos.

Essa reflexão é essencial para compreender que a Educação Integral na infância exige abertura ao território, às culturas locais, às experiências comunitárias e às múltiplas formas de expressão que compõem o cotidiano das crianças. Não se trata apenas de garantir segurança física e emocional, aspectos fundamentais nessa etapa da vida, mas de ampliar repertórios, oferecer contato com diferentes linguagens, promover interações variadas e permitir que a criança se reconheça como parte do mundo e como agente ativo de sua própria formação. Dessa forma, a escola de tempo

integral deve buscar um equilíbrio cuidadoso entre proteção e expansão, entre cuidado e aventura, entre rotina e descoberta.
É nesse cenário que a concepção de currículo ganha centralidade. Um currículo para a Educação Integral precisa reconhecer a criança como protagonista e produtora de cultura, assegurando que suas vivências não sejam reduzidas a sequências rígidas, segmentadas ou voltadas exclusivamente para aprendizagens pré-acadêmicas. As Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil de (2009) esclarecem que,

[...] Considera-se, no âmbito internacional, que a educação infantil terá um papel cada vez maior na formação integral da pessoa, no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem e na elevação do nível de inteligência das pessoas, mesmo porque inteligência não é herdada geneticamente nem transmitida pelo ensino, mas construída pela criança, a partir do nascimento, na interação social mediante a ação sobre os objetos, as circunstâncias e os fatos. Avaliações longitudinais, embora ainda em pequeno número, indicam os efeitos positivos da ação educacional nos primeiros anos de vida, em instituições específicas ou em programas de atenção educativa, quer sobre a vida acadêmica posterior, quer sobre outros aspectos da vida social. Há bastante segurança em afirmar que o investimento em educação infantil obtém uma taxa de retorno econômico superior a qualquer outro.
[...] Em vista daquele direito e dos efeitos positivos da educação infantil sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, já constatado por muitas pesquisas, o atendimento de qualquer criança num estabelecimento de educação infantil é uma das mais sábias estratégias de desenvolvimento humano, de formação da inteligência e da personalidade, com reflexos positivos sobre todo o processo de aprendizagem posterior. Por isso, no mundo inteiro, esse segmento da educação vem crescendo significativamente e vem sendo recomendado por organismos e conferências internacionais. (BRASIL, 2001)

As diretrizes evidenciam que a Educação Infantil, especialmente em propostas de jornada ampliada, deve assumir intencionalmente um papel estruturante na formação integral das crianças, reconhecendo que os primeiros anos são decisivos para o

desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais, sociais e culturais. Assim, o tempo integral não pode se limitar a uma organização quantitativa do tempo, mas deve assegurar a qualidade das experiências que nele se desenvolvem. Isso implica repensar ambientes, materiais, interações e práticas, de modo que favoreçam aprendizagens profundas e significativas. Moll (2012 p. 43) esclarece que,

[...] não se propõe a apenas ampliar o tempo, mas a reorganizar com radicalidade os tempos-espaços do viver a infância- adolescência, tornando os mais próximos de um

digno e justo viver, ao menos na totalidade dos tempos-espaços escolares.

A reorganização dos tempos e espaços implica compreender a escola como um ambiente vivo, que acolhe, provoca, desafia e amplia o modo como as crianças experienciam o mundo. Não se trata apenas de ampliar a carga horária, mas de ressignificar o cotidiano escolar para que ele se aproxime das necessidades reais da infância, garantindo que o tempo vivido na escola seja um tempo de qualidade, rico em sentidos e possibilidades. A Educação Integral, nessa perspectiva, exige uma revisão profunda das práticas pedagógicas, das rotinas rígidas e dos formatos tradicionais de ensino, de modo a construir um cotidiano no qual as crianças tenham liberdade para se movimentar, explorar, criar e participar ativamente das decisões que envolvem suas aprendizagens.
Segundo Moll (2012 p. 83),

Assumindo o ser humano como um ente que vai se constituindo sócio-histórico-culturalmente, em uma trama complexa de múltiplas dimensões, propomos que, nós educadores e educadoras, organizar e desenvolver, com os educandos, páxis educativas que entrelacem, no mínimo, cinco dimensões: a ético-politica, a técnico-cientifica, a epistemológica, a estético-afetiva e a pedagógica. Acreditamos que assim estaremos trabalhando e educando, inspirando-nos na perspectiva freiriana, a serviço da aprendizagem.

A partir desse entendimento, torna-se evidente que a Educação Integral para crianças de 4 a 6 anos demanda práticas pedagógicas que operem de forma articulada entre essas dimensões, evitando reducionismos que privilegiem apenas aspectos

cognitivos ou comportamentais. A proposta deve reconhecer a infância como um período marcado por intensas descobertas, curiosidades e expressões múltiplas, e por isso precisa promover experiências que dialoguem com o sensível, o estético, o social e o cultural. Assim, a aprendizagem não se limita à aquisição de conhecimentos formais, mas envolve a construção de sentidos, o fortalecimento da autonomia, o desenvolvimento das relações e a ampliação da capacidade de ler e compreender o mundo.

CONCLUSÃO

A Educação Integral na Educação Infantil, especialmente na faixa etária de 4 a 6 anos, representa um caminho potente para a construção de práticas educativas mais humanas, sensíveis e coerentes com as necessidades e os direitos das crianças. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a integralidade não se limita à ampliação da jornada escolar, mas se concretiza na qualidade das experiências propostas, na organização dos tempos e espaços e na intencionalidade pedagógica que orienta o cotidiano. A criança, concebida como sujeito de direitos, produtora de cultura e protagonista de sua própria aprendizagem, deve estar no centro de todas as decisões curriculares e institucionais. Ao discutir as bases teóricas da Educação Integral, observou-se que essa concepção possui raízes profundas no pensamento educacional brasileiro, especialmente nas contribuições de autores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que defenderam uma escola aberta ao mundo, rica em experiências culturais e comprometida com o desenvolvimento pleno do ser humano. Essa perspectiva é reafirmada pelos documentos normativos contemporâneos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que orientam práticas integradoras, éticas, estéticas e políticas capazes de garantir às crianças o direito ao brincar, à convivência, à exploração e à construção de vínculos afetivos significativos.
A análise da presença da Educação Integral na Pré-Escola evidenciou, contudo, desafios importantes, que vão desde interpretações equivocadas do conceito até a dificuldade de reorganizar tempos, espaços e práticas para atender às múltiplas dimensões da infância. A tendência de reduzir a integralidade à extensão do horário ou à reprodução de modelos tradicionais de escolarização ainda persiste em muitas instituições, comprometendo o potencial formativo da proposta. Tais desafios reforçam a necessidade

de investimento em formação continuada, em infraestrutura adequada e em processos participativos de planejamento que envolvam toda a comunidade escolar.

Por outro lado, as potencialidades da Educação Integral mostram-se amplas e promissoras. Quando bem implementada, ela favorece o fortalecimento de vínculos, a ampliação de repertórios culturais, a promoção de experiências diversas e significativas e a valorização da criança como protagonista. Além disso, possibilita uma articulação mais estreita entre educação, cuidado, cultura e comunidade, promovendo vivências que contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social, motor e simbólico das crianças. Desse modo, a Educação Integral na Educação Infantil se configura como uma estratégia fundamental para a promoção da equidade, da democratização do acesso ao conhecimento e do reconhecimento da infância como fase singular e essencial da vida.

Assim, conclui-se que avançar na implementação da Educação Integral exige não apenas mudanças estruturais, mas, sobretudo, um movimento coletivo de reflexão, comprometimento e sensibilidade por parte de educadores, gestores, famílias e políticas públicas. É necessário compreender a infância em sua diversidade e complexidade, investir em práticas que respeitem seus tempos e modos próprios de aprender e garantir que a escola seja um espaço de acolhimento, descoberta, expressão e convivência. Ao assumir essa perspectiva, abre-se caminho para uma educação mais justa, democrática e significativa, capaz de formar sujeitos críticos, criativos e plenamente desenvolvidos em todas as suas dimensões.

REFERENCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis; DELGADO, Ana Cristina Coll. Educação infantil: tempo integral ou educação integral? Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 31, n. 4, p. 95-119, out./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/Z3wmPnKv9wf9BQtHwfGNbGh/?format=pdf&lang=pt.
Acesso em: 29 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. 504 p.